

QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: RESULTADOS E PERSPECTIVAS

Jurema Werneck, da ONG Criola, fala sobre a questão racial no atual governo Lula, as mudanças com relação ao mandato anterior, e sobre o polêmico sistema de cotas nas universidades do país.

1) O que você acha da atual política do governo Lula voltada para a questão racial? Houve avanços ou retrocessos nas criações e implementações dessas políticas?

Acredito que houve avanços no que se refere ao papel do Estado como indutor e coordenador das ações de combate ao racismo (que as organizações políticas negras vêm defendendo ao longo de todo o século XX). A criação da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) é o símbolo disto. Mas não houve qualquer avanço na implementação de políticas que, na prática, se restringem a ações simbólicas, projetos-piloto, pequenos projetos... E a maior parte delas restritas à capacidade de coordenação da SEPPIR. Não vemos o restante do governo federal e dos demais poderes envolvidos de forma profunda e positiva com o tema.

2) Como você avalia o sistema de cotas?

É pública a defesa feita pelas organizações negras há anos (talvez desde o início da República) sobre a necessidade do desenvolvimento de ações afirmativas para a alteração das condições de vida da população negra. Ações afirmativas implicam em representação, compensação, transformação e individualização. Quer dizer: representação significa garantir a presença de pessoas e grupos discriminados nas diferentes esferas da vida social. E as cotas entram aí, não apenas na educação, mas em tudo, inclusive cargos de liderança (pública e privada). Compensação significa medidas para garantir a representação de forma sustentável, ou seja, medidas para que as pessoas possam ocupar e permanecer nestas posições. Transformação significa ações capazes de mudar a cultura, tanto local (na escola, no trabalho e etc), quanto geral, ou seja, na sociedade. E individualização implica reconhecer que o grupo discriminado não é homogêneo e enfrenta barreiras que podem ser maiores e menores segundo seu sexo, orientação sexual, idade, deficiência, diferenças e disparidades regionais, se urbano ou rural, etc.

Ou seja, não existe uma resposta única. De forma mais direta: as cotas são fundamentais. E os exemplos recentes nos EUA têm demonstrado que elas têm sido muito úteis para a melhoria das condições de vida das mulheres brancas na sociedade sexista. Nós, população negra, ainda não vivemos seus bons resultados na mesma medida. Mas espero que possamos chegar lá.

3) O que mudou com relação à política do governo anterior e quais seriam as perspectivas, considerando uma provável vitória de Lula, para o próximo governo?

A diferença entre o governo Lula e o FHC é a ampliação da institucionalidade - já que, no que se refere às políticas, a mesma incompletude e fragmentação foi mantida. Também houve uma ampliação da participação social, novos conselhos e a presença de negras e negros nos já existentes. Mas é preciso apontar que isto se deveu ao trabalho da sociedade civil - movimento de mulheres negras e movimento negro - exercendo grande pressão em momentos-chave (fora a pressão de longo prazo).

Quanto a um possível novo governo Lula, ainda não tenho qualquer perspectiva, pois até o momento ele não se propôs a qualquer mudança. E quem viu seu futuro programa de governo?

4) Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo setor?

Respondo pensando nas organizações negras. Estas enfrentam a desmobilização, seja pela cooptação ou pela adesão ao governo de parte delas. Enfrentam a falta de apoio financeiro, pois, se é crescente a afirmativa social da necessidade de se enfrentar o racismo, se mantém a crença (a discriminação) de que quem deve ser financiado são os brancos e suas organizações. Não há um investimento adequado na mesma proporção de investimento que o enfrentamento ao sexismo, ou o hiv/aids ou a defesa do meio-ambiente receberam e recebem (apesar de o racismo produzir imensas violações de direitos, inclusive de gênero, de saúde e ambientais....).

Quanto à população negra, enfrentamos a onda conservadora das políticas sociais, com o retrocesso representado pela visão da transferência de renda como benefício, desvinculada de outras medidas de transformação social. Junto com o desfinanciamento do restante das políticas sociais, com graves conseqüências na vida cotidiana.